



EDITAL DE SUBMISSÃO DE TRABALHOS

VII CONGRESSO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA UNIVALI - PRÁXIS, CUIDADO E PRODUÇÃO DE SABERES

2026

1. DISPOSIÇÕES GERAIS

O presente edital estabelece os critérios e procedimentos para a submissão de trabalhos ao VII Congresso Regional de Psicologia da UNIVALI, Práxis, Cuidado e Produção de Saberes, a ser realizado nos dias 15 e 16 de outubro de 2026, na Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), Campus Professor Edison Villela, em Itajaí, Santa Catarina.

O Congresso é uma realização do Curso de Psicologia da UNIVALI e tem por objetivo promover a socialização da produção científica e das experiências profissionais no campo da Psicologia, fomentando o diálogo entre pesquisa, formação e práticas de cuidado em torno do tema Práxis, Cuidado e Produção de Saberes. O processo de submissão organiza-se em duas fases, cujas modalidades, critérios de elegibilidade, prazos e normas de formatação estão detalhados nos itens seguintes deste edital. Os trabalhos aprovados e apresentados serão publicados nos anais do Congresso, e suas/seus autoras/es receberão certificado. A submissão de trabalhos implica a aceitação integral das normas estabelecidas neste edital. Informações oficiais e atualizações serão divulgadas no site da UNIVALI e no Instagram oficial do Congresso, e dúvidas poderão ser encaminhadas ao e-mail jair@univali.br.

2. MODALIDADES DE SUBMISSÃO

O Congresso contempla cinco modalidades de submissão de trabalhos, organizadas em duas fases. As três modalidades da Fase 1, Proposição de Grupo de Trabalho (GT), Minicurso e Vivência, são destinadas a docentes do ensino superior, profissionais e pesquisadoras/es (item 4.1). As duas modalidades da Fase 2, Comunicação Oral em GT e Exposição de Banner, são abertas tanto a estudantes de

graduação e de pós-graduação quanto às demais categorias citadas, incluindo egressas/os e docentes (item 4.2). O cronograma de cada fase está descrito no item 3. Serão emitidos certificados para todos os trabalhos aprovados e apresentados (item 8.7).

Modalidade	Descrição	Fase de submissão
Proposição de GT	Proposta de Grupo de Trabalho temático, com coordenação das sessões e avaliação dos trabalhos inscritos	Fase 1
Proposição de Minicurso	Proposta de atividade formativa com conteúdo programático e objetivos de aprendizagem	
Proposição de Vivência	Proposta de atividade experiencial com referencial teórico	
Comunicação Oral em GT	Apresentação oral de trabalho de pesquisa, relato de experiência ou ensaio teórico vinculado a um GT aprovado	Fase 2
Exposição de Banner	Apresentação visual de trabalho em formato pôster, com discussão presencial	

3. CRONOGRAMA

O processo de submissão ocorrerá em duas fases:

3.1. Fase 1: Proposição de GTs, Minicursos e Vivências

Fase 1	Período
Submissão de propostas de GT, Minicurso e Vivência	06/07/2026 a 20/07/2026
Avaliação pela Comissão Científica	27/07/2026 a 03/08/2026
Divulgação dos GTs, Minicursos e Vivências aprovados	10/08/2026

3.2. Fase 2: Submissão de Trabalhos (Comunicação Oral e Banner)

Fase 2	Período
Submissão de trabalhos para Comunicação Oral e Banner	17/08/2026 a 31/08/2026
Avaliação pelos coordenadores de GT e Comissão Científica	07/09/2026 a 14/09/2026
Divulgação dos trabalhos aprovados	21/09/2026

4. DAS/OS PROPONENTES E AUTORAS/ES

4.1. Poderão propor Grupos de Trabalho, Minicursos ou Vivências (Fase 1):

- a) Docentes de Psicologia de instituições de ensino superior;
- b) Profissionais graduadas/os em Psicologia com experiência comprovada na temática proposta;
- c) Pesquisadoras/es vinculadas/os a programas de pós-graduação;
- d) Trabalhos provenientes de docentes, profissionais ou pesquisadores de áreas afins serão aceitos desde que apresentem relação temática com a Psicologia e com o Grupo de Trabalho escolhido, ficando sujeitos à avaliação da comissão científica.

4.2. Poderão submeter trabalhos para Comunicação Oral em GT ou Exposição de Banner (Fase 2):

- a) Estudantes de graduação de instituições de ensino superior;
- b) Estudantes de pós-graduação em Psicologia ou áreas afins;
- c) Docentes de Psicologia de instituições de ensino superior;
- d) Egressas/os de cursos de graduação em Psicologia;
- e) Profissionais graduadas/os em Psicologia;
- f) Trabalhos provenientes de docentes, egressos ou profissionais de áreas afins serão aceitos desde que apresentem relação temática com a Psicologia e com o Grupo de Trabalho escolhido, ficando sujeitos à avaliação da comissão científica.

5. EIXOS TEMÁTICOS

Os trabalhos e propostas deverão estar vinculados a um dos eixos temáticos abaixo:

Eixo	Temática
Eixo 1	Psicologia e atualidades: as influências e impactos das transformações globais na práxis da/o psicóloga/o
Eixo 2	Psicologia e os territórios do cuidado: luta antimanicomial, clínica ampliada e produção de saúde
Eixo 3	Pesquisa e Produção Científica: entre o rigor e a invenção de saberes

Eixo 1. Psicologia e atualidades: as influências e impactos das transformações globais na práxis da/o psicóloga/o

A Psicologia brasileira nunca esteve imune ao seu tempo. Desde a consolidação da profissão, por meio da Lei nº 4.119/1962, sua história tem sido a de um contínuo deslocamento de territórios, demandas e modos de cuidar, sempre tensionada pelas transformações do mundo em que se inscreve. Se as últimas décadas convocaram a profissão a assumir um compromisso social com as condições concretas de vida das populações, o presente coloca novos desafios: tecnologias digitais que reconfiguram o sofrimento, inteligências artificiais que interpelam a ética profissional, redes sociais que borram as fronteiras do exercício da Psicologia e crises climáticas que, ao ameaçar a própria pertença ao mundo vivo, reabrem a pergunta sobre quais modos de existência queremos sustentar. É nesse horizonte que as epistemologias indígenas e a noção de bem viver emergem como interpelação ética e política à própria Psicologia (Núñez, 2023; CFP, 2022). Este eixo se propõe a interrogar como tais transformações afetam a produção de subjetividade e a práxis da/o psicóloga/o na contemporaneidade.

Esse movimento de reinvenção tem raízes. Se nos primeiros anos a atuação esteve circunscrita à clínica, à educação e às organizações, com ênfase na seleção, diferenciação e categorização dos sujeitos, o movimento do compromisso social, gestado entre as décadas de 1980 e 1990, convocou a profissão a habitar outros territórios (Bock et al., 2022). A psicologia social comunitária abriu caminhos para que a escuta psicológica alcançasse contextos até então invisibilizados, colocando em diálogo a subjetividade e as condições concretas de vida das populações (Yamamoto; Oliveira, 2010). É desse chão, construído pela ampliação dos horizontes de atuação, que a Psicologia se vê hoje interpelada por fenômenos inexistentes há poucas décadas.

Entre esses fenômenos, o avanço acelerado das tecnologias digitais trouxe novas formas de sofrimento, como a dependência tecnológica, reconhecida pela Organização Mundial da Saúde com a inclusão do Gaming Disorder na CID-11 (OMS, 2024). A emergência das inteligências artificiais generativas também colocou a Psicologia diante da necessidade de posicionar-se eticamente sobre o uso dessas ferramentas no exercício profissional (CFP, 2025a).

Neste sentido, as redes sociais borram fronteiras que antes pareciam nítidas: estudantes de Psicologia passaram a ocupar espaços digitais oferecendo escutas,

aconselhamentos e conteúdos que tangenciam o exercício profissional, desconsiderando que a designação "psicóloga/o" é privativa de profissionais graduadas/os e registradas/os no Conselho Regional de Psicologia, conforme o Decreto Federal nº 53.464/1964 (CFP, 2025b). Essa questão nos convoca a pensar os limites éticos da atuação em ambientes digitais, tanto para quem ainda está em formação quanto para profissionais já habilitados.

Se as redes nos obrigam a redesenhar fronteiras, as crises climáticas deslocam a própria base sobre a qual a Psicologia atua. Enchentes, secas, ondas de calor e desastres ambientais produzem deslocamentos forçados, insegurança e vulnerabilidade, convocando a/o psicóloga/o a atuar na promoção e prevenção da saúde em contextos de emergência (Weintraub et al., 2015). Contudo, é preciso ir além da resposta ao desastre já instalado. Krenak (2019) nos lembra que o modo de vida que produz essas catástrofes é o mesmo que nos arranca do chão, da pertença ao mundo vivo, como se a humanidade pudesse seguir existindo apartada da Terra.

É nesse ponto que as perspectivas indígenas se tornam incontornáveis para pensar a atuação psicológica diante das transformações globais. Os povos originários sustentam modos de existência que tensionam a própria episteme que fundou a profissão, e a Psicologia tem muito a aprender ao tomá-los como interlocutores. O bem viver, conforme elaborado nas Referências Técnicas para atuação de psicólogas/os junto aos povos indígenas, é uma construção coletiva que só se realiza com a sustentabilidade de todas as formas de vida e com a indissociabilidade entre sujeito, território e comunidade (CFP, 2022). Na mesma direção, Núñez (2023) convida a Psicologia a descolonizar seus afetos e suas categorias, mostrando que noções como autonomia, indivíduo e progresso carregam uma herança colonial que produz sofrimento ao apagar outros modos de pertencer ao mundo. Acosta (2016), por sua vez, formula o bem viver como horizonte ético e político que tensiona a lógica do progresso ilimitado e repõe a relação entre seres humanos e natureza sob o signo da reciprocidade. Essas perspectivas convidam a Psicologia a interrogar-se sobre a produção de sofrimento que sustenta e sobre os modos de vida que pode ajudar a inventar.

Este eixo se propõe a acolher trabalhos que discutam as diferentes atuações da Psicologia em relação às mudanças da atualidade, considerando o modo pelo qual transformações globais, socioculturais, tecnológicas e ambientais afetam a produção do sofrimento psíquico e as formas de intervenção profissional. Busca-se reunir

produções que problematizem o papel da Psicologia diante dessas transformações, apresentem intervenções frente às demandas contemporâneas e desenvolvam reflexões sobre os impactos das mudanças globais na produção de subjetividade. São aceitos trabalhos de revisão de literatura, ensaios clínicos, estudos experimentais e participantes, de abordagem qualitativa, quantitativa e mista.

Referências

ACOSTA, A. **O Bem Viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária/Elefante, 2016.

BOCK, A. M. B. et al. O compromisso social da Psicologia e a possibilidade de uma profissão abrangente. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 42, p. 1-12, 2022.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para atuação de psicólogas/os junto aos povos indígenas**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2022.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Inteligência artificial e Psicologia**: guia para uma prática ética e responsável. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2025a.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP nº 04/2025**: orienta psicólogas/os e estudantes sobre o uso profissional e ético das redes sociais. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2025b.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

NÚÑEZ, G. **Descolonizando afetos**: experimentações sobre outras formas de amar. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Classificação Internacional de Doenças**: 11ª revisão. Genebra: OMS, 2024.

WEINTRAUB, A. C. A. M. et al. Atuação do psicólogo em situações de desastre: reflexões a partir da práxis. **Interface: Comunicação, Saúde, Educação**, v. 19, n. 53, p. 287-298, 2015.

YAMAMOTO, O. H.; OLIVEIRA, I. F. Política social e Psicologia: uma trajetória de 25 anos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 26, n. especial, p. 9-24, 2010.

Eixo 2. Psicologia e os territórios do cuidado: luta antimanicomial, clínica ampliada e produção de saúde

A luta antimanicomial não é apenas uma batalha contra os muros dos hospícios, mas resistência a toda forma de produção de saúde que opere pela objetificação e segregação do sofrimento. O legado dessa luta exige da Psicologia uma clínica que se constitua como espaço de produção de liberdade e cidadania (Amarante, 2013). Isso implica reconhecer que o sofrimento psíquico não habita um sujeito isolado: ele se produz nos atravessamentos entre classe, raça, gênero, território e nas normatividades que definem quem merece cuidado e quem será silenciado.

A clínica ampliada, nesse contexto, é aquela que ultrapassa as paredes do consultório e se insere nos territórios onde a vida acontece. Na Atenção Primária, por meio das Unidades Básicas de Saúde e das equipes multiprofissionais que nela atuam, a/o psicóloga/o é convocada/o a produzir cuidado de base comunitária. Na atenção especializada em saúde mental, os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), em suas diferentes modalidades, sustentam o cuidado em liberdade no território. A esses dispositivos articulam-se os equipamentos do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), como os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), na proteção social básica, e os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), na proteção social especial, compondo uma rede intersetorial que aproxima saúde mental, proteção social e garantia de direitos. Para além dos equipamentos, o cuidado se realiza também em modalidades como a clínica peripatética, o acompanhamento terapêutico e a reabilitação psicossocial, que acompanham o sujeito em seu percurso de vida, e não apenas em seu diagnóstico (Caetano; Teixeira, 2021).

Em convergência com esse cuidado territorial, a avaliação psicológica merece atenção particular neste eixo. Trata-se de uma prática basilar para a categoria, de grande relevância tanto para o planejamento do cuidado quanto para a garantia de direitos. Quando conduzida com rigor ético e científico, fundamentada em instrumentos validados e em uma leitura contextualizada do sujeito e de suas condições de vida, a avaliação opera como recurso central para a tomada de decisões clínicas e institucionais, auxiliando diretamente pessoas que se encontram em intenso sofrimento psíquico e social (CFP, 2022).

Contudo, é igualmente pertinente problematizar essa prática quando destituída de rigor. Atuações descontextualizadas, que desconsideram os marcadores sociais e as condições materiais de existência do sujeito avaliado, podem produzir diagnósticos cristalizados, rotulações e laudos inadequados que chancelam e aprofundam a marginalização de pessoas já historicamente vulnerabilizadas. Barros (2025) demonstra como o racismo estrutural atravessa o campo da avaliação psicológica, desde a formação até a construção de instrumentos e a interpretação de resultados, alertando que uma prática que ignore a perspectiva étnico-racial contribui para que o sofrimento decorrente do racismo permaneça invisível. A avaliação psicológica carrega, portanto, uma dimensão ética e política incontornável: ela tanto pode abrir caminhos para o cuidado quanto operar como dispositivo de exclusão.

A mesma tensão se coloca na escuta clínica de corpos dissidentes: pessoas LGBTQIAPN+, pessoas com deficiência, pessoas negras, indígenas, em situação de rua, usuárias de substâncias psicoativas e todas aquelas cujas existências são lidas como desvio pelas normatividades hegemônicas. Sobre esses corpos recaíram historicamente os saberes psi que, ao definir o normal e o patológico, transformaram diferença em doença e singularidade em desvio a ser corrigido. Frente a isso, o próprio Código de Ética Profissional da/o Psicóloga/o oferece o fundamento ético do cuidado, ao estabelecer, em seus Princípios Fundamentais, que o psicólogo "baseará o seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos" e "contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão" (CFP, 2005, p. 7). A Psicologia é, portanto, convocada a denunciar o silenciamento imposto por dispositivos culturais, raciais e de gênero que geram adoecimento, produzindo práticas de cuidado que operem contra a lógica excludente e a favor da dignidade (CFP, 2023). Tais reflexões desdobram-se no enfrentamento das normativas patologizantes e em práticas de cuidado contra-hegemônicas que rejeitam a reprodução da lógica asilar sob novas roupagens.

A ética na psicoterapia sustenta cada uma dessas frentes. Respeitar a autonomia, a privacidade e a dignidade da/o paciente, manter a confidencialidade e garantir competência profissional são condições para que a clínica cumpra sua vocação de cuidado e não reproduza as violências que pretende enfrentar, seja no serviço público ou no privado (Silva; Holanda; Mäder, 2023).

Este eixo se propõe a acolher trabalhos que abordem os entrelaçamentos entre clínica ampliada, saúde mental e direitos humanos no contexto pós-luta antimanicomial. Busca-se reunir produções que discutam a atuação da/o psicóloga/o nos diferentes níveis de atenção e nos dispositivos da rede de proteção social, problematizem a avaliação psicológica e seus efeitos éticos e políticos, e reflitam sobre práticas de cuidado com populações marginalizadas. São aceitos trabalhos de diferentes perspectivas teóricas e metodológicas, de abordagem qualitativa, quantitativa e mista.

Referências

AMARANTE, P. **Saúde mental e atenção psicossocial**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013.

BARROS, L. de O. Avaliação psicológica e questões étnico-raciais: propostas antirracistas para o contexto brasileiro. **Avaliação Psicológica**, v. 24, n. especial 1, e25436, 2025.

CAETANO, J. R. O. C.; TEIXEIRA, A. M. R. Acompanhamento terapêutico: considerações sobre uma clínica a céu aberto. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, v. 14, e16307, p. 1-17, 2021.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de Ética Profissional do Psicólogo**. Brasília: CFP, 2005.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Cartilha Avaliação Psicológica**. 3. ed. Brasília: CFP, 2022.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para atuação de psicólogas, psicólogos e psicólogues em políticas públicas para população LGBTQIA+**. Brasília: CFP, 2023.

SILVA, G. B. da; HOLANDA, A. F.; MÄDER, B. J. Psicoterapia, legislação e prática da Psicologia. **Revista Brasileira de Psicoterapia**, v. 25, n. 2, p. 1-22, 2023.

Eixo 3. Pesquisa e Produção Científica: entre o rigor e a invenção de saberes

A pesquisa em Psicologia se constitui de uma pluralidade de tradições, métodos e concepções de ciência. O título deste eixo, "entre o rigor e a invenção de saberes", reconhece essa diversidade: das abordagens que buscam controlabilidade, generalização e validação empírica àquelas que acompanham o que está em movimento e acolhem a complexidade dos processos subjetivos e coletivos. Este eixo se propõe a reunir essas múltiplas formas de pesquisar, acolhendo trabalhos que problematizem os modos de produzir conhecimento, os critérios de validade e os efeitos éticos e políticos da produção científica em Psicologia.

Não por acaso, o próprio Código de Ética Profissional da/o Psicóloga/o estabelece que o exercício profissional deve se pautar no conhecimento científico e na responsabilidade social (CFP, 2005). Pesquisar antecede e sustenta a prática, e toda escolha metodológica carrega consigo uma concepção de mundo, de sujeito e de ciência que não se dissocia das condições históricas e territoriais em que a investigação se produz (González Rey, 2017; Zanella, 2013). Estamos diante de um campo perpassado por tensões epistemológicas que convocam pesquisadoras/es a se posicionarem diante do que conta como conhecimento válido, de quem pode produzi-lo e de como essa produção reverbera nos contextos de vida e de trabalho.

Essa pluralidade tem raízes na própria formação da ciência psicológica brasileira, constituída entre tradições metodológicas diversas. O movimento da Psicologia Baseada em Evidências tem contribuído para a consolidação de práticas clínicas e investigativas sustentadas em resultados de pesquisas com delineamentos controlados, revisões sistemáticas e metanálises, fornecendo parâmetros para a tomada de decisões profissionais (Leonardi; Meyer, 2015). O olhar epidemiológico, isto é, o estudo da distribuição e dos determinantes dos processos de saúde e adoecimento em populações, amplia a perspectiva da/o pesquisadora/r para além do sujeito isolado, situando o sofrimento psíquico em seus contextos coletivos e permitindo identificar padrões, fatores de risco e desigualdades que atravessam grupos e territórios. Em tempos de circulação massiva de informações, a competência para avaliar a qualidade da evidência tornou-se condição para distinguir produção científica de pseudociência, garantindo uma prática orientada por conhecimento verificável (Pereira, 2016).

Essa diversidade metodológica reflete a própria condição da Psicologia, que habita simultaneamente o campo das Ciências da Saúde e o das Ciências Humanas

e Sociais. É desse segundo pertencimento, no qual a Psicologia se classifica na tabela de áreas do conhecimento (CNPq/CAPES), que vêm as metodologias atentas à complexidade dos processos subjetivos e coletivos. Há dimensões da experiência humana que pedem modos de pesquisar capazes de acompanhar aquilo que está em movimento: os modos de viver que se transformam ao longo de uma pesquisa, os sentidos que se reconfiguram na fala de um mesmo sujeito, os processos coletivos que mudam de direção conforme as forças políticas, institucionais e afetivas que os atravessam. A Resolução nº 510 do Conselho Nacional de Saúde (Brasil, 2016) reconheceu essa especificidade ao estabelecer diretrizes éticas próprias para a pesquisa em Ciências Humanas e Sociais, afirmando a legitimidade de seus percursos metodológicos.

Entre essas abordagens, a pesquisa cartográfica se apresenta, por exemplo, como um método de acompanhamento de processos: em vez de partir de um objeto previamente definido para a verificação de hipóteses, a/o pesquisadora/r se coloca atenta/o ao que se produz no percurso da própria investigação, acompanhando as forças, os afetos e as relações que constituem aquilo que estuda (Passos; Kastrup; Tedesco, 2014). Outra possibilidade se encontra nas metodologias participativas, que propõem que as pessoas envolvidas na pesquisa sejam coautoras do conhecimento produzido, tensionando as fronteiras entre quem pesquisa e quem é pesquisado e interrogando as hierarquias que organizam a produção acadêmica (Streck; Adams, 2021). A pesquisa-intervenção, por sua vez, parte do princípio de que pesquisar já é intervir, e que o ato investigativo não pode se esquivar dos efeitos que produz nos territórios e nas vidas que habita (Paulon; Romagnoli, 2010). A escrita científica, nesse cenário, torna-se ela mesma prática de pensamento, capaz de materializar posições teóricas e operar como dispositivo de análise (Zanella, 2013).

A pluralidade metodológica é a própria riqueza da Psicologia. É no encontro entre as diferentes formas de pesquisar, que afirmam a diferença como potência, que se abrem campos de diálogo capazes de ampliar o alcance do que a investigação produz como compromisso com a vida. Este eixo pretende acolher trabalhos em suas múltiplas expressões, desde delineamentos experimentais, levantamentos epidemiológicos, revisões sistemáticas e ensaios clínicos até investigações de inspiração cartográfica, etnográfica, narrativa, institucional e demais formatos que ampliem o diálogo metodológico. Interessam igualmente trabalhos que problematizem a ética na pesquisa, a formação de pesquisadoras/es, a escrita

acadêmica e as políticas de produção do conhecimento. Pesquisar, afinal, é produzir encontros entre o que se sabe e o que ainda insiste em não se deixar capturar.

Referências

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução n. 510, de 7 de abril de 2016.** Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 98, p. 44-46, 24 maio 2016.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de Ética Profissional do Psicólogo.** Brasília: CFP, 2005.

GONZÁLEZ REY, F. L. **Pesquisa qualitativa e subjetividade:** os processos de construção da informação. São Paulo: Cengage Learning, 2017.

LEONARDI, J. L.; MEYER, S. B. Prática baseada em evidências em Psicologia e a história da busca pelas provas empíricas da eficácia das psicoterapias. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 35, n. 4, p. 1139-1156, 2015.

PASSOS, E.; KASTRUP, V.; TEDESCO, S. (org.). **Pistas do método da cartografia:** a experiência da pesquisa e o plano comum. Porto Alegre: Sulina, 2014. v. 2.

PAULON, S. M.; ROMAGNOLI, R. C. Pesquisa-intervenção e cartografia: melindres e meandros metodológicos. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 10, n. 1, p. 85-102, 2010.

PEREIRA, M. G. **Artigos científicos:** como redigir, publicar e avaliar. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.

STRECK, D. R.; ADAMS, T. (org.). **Pesquisa participante, emancipação e (des)colonialidade.** Curitiba: CRV, 2021.

ZANELLA, A. V. **Perguntar, registrar, escrever:** inquietações metodológicas. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2013.

6. NORMAS PARA SUBMISSÃO – FASE 1

6.1. Proposição de Grupo de Trabalho (GT)

Serão selecionados 9 Grupos de Trabalho, sendo 3 por eixo. A/O proponente de GT é responsável por propor o recorte temático do grupo, bem como avaliar e selecionar os trabalhos inscritos em seu GT e coordenar a sessão durante o congresso. A proposta deverá ser entregue em documento Word (.doc ou .docx), por meio do sistema de submissão (ELIS/UNIVALI), e redigida conforme os itens abaixo (modelo no anexo 1):

- a) Título do GT: até 15 (quinze) palavras, em negrito, centralizado, letras maiúsculas, fonte Arial, tamanho 12;
- b) Nome completo, titulação e afiliação institucional da/o proponente, fonte Arial, tamanho 10, alinhado à esquerda;
- c) Ementa do GT: entre 300 (trezentas) e 500 (quinhentas) palavras, contendo: apresentação da temática e sua relevância para a Psicologia, eixo temático ao qual se vincula, orientação teórica que norteará as discussões e critérios de avaliação dos trabalhos submetidos ao GT;
- d) Carga horária: 2 horas;
- e) Palavras-chave: 3 a 5, separadas por ponto e vírgula;
- f) Minibiografia da/o proponente: até 100 (cem) palavras, evidenciando sua vinculação com a temática proposta por meio de produção acadêmica, atuação profissional, projetos de extensão, ensino ou pesquisa na área. Adicionar o link do currículo Lattes.

6.1.1. Responsabilidades da/o coordenadora/r de GT:

- a) Receber, avaliar e selecionar os trabalhos inscritos em seu GT, entre 07/09/2026 e 14/09/2026, após pré-seleção da Comissão Científica;
- b) Entregar para Comissão do Congresso, nas datas previstas, a relação de trabalhos aceitos;
- c) Coordenar as atividades do GT durante o Congresso em 16 de outubro, das 14h às 16h;
- d) Garantir que o GT comporte no mínimo 2 (dois) e no máximo 3 (três) trabalhos aprovados;
- e) Caso algum GT fique com menos de 2 (dois) trabalhos aprovados, a Comissão Científica irá redirecionar o trabalho para outro GT com temática afim.

6.2. Proposição de Minicurso

Serão selecionados 9 Minicursos, sendo 3 por eixo. A/O proponente de Minicurso deverá submeter (modelo no anexo 2):

- a) Título do Minicurso: até 15 (quinze) palavras, em negrito, centralizado, letras maiúsculas, fonte Arial, tamanho 12;
- b) Nome completo, titulação e afiliação institucional da/o ministrante, fonte Arial, tamanho 10, alinhado à esquerda;
- c) Resumo da proposta: entre 300 (trezentas) e 500 (quinhentas) palavras, contendo: justificativa e relevância da temática, eixo temático ao qual se vincula, objetivos de aprendizagem, conteúdo programático resumido, metodologia, público-alvo e número máximo de participantes. Sendo que a sala comportará 30 pessoas no máximo;
- d) Carga horária: 2 horas;
- e) Minibiografia da/o ministrante: até 100 (cem) palavras;
- f) Palavras-chave: 3 a 5, separadas por ponto e vírgula;
- g) Minibiografia da/o proponente: até 100 (cem) palavras, evidenciando sua vinculação com a temática proposta por meio de produção acadêmica, atuação profissional, projetos de extensão, ensino ou pesquisa na área. Adicionar o link do currículo Lattes.

6.3. Proposição de Vivência

Serão selecionados 9 Vivências, sendo 3 por eixo. A/O proponente de Vivência deverá submeter (modelo no anexo 3):

- a) Título da Vivência: até 15 (quinze) palavras, em negrito, centralizado, letras maiúsculas, fonte Arial, tamanho 12;
- b) Nome completo, titulação e afiliação institucional da/o proponente, fonte Arial, tamanho 10, alinhado à esquerda;
- c) Resumo da proposta: entre 300 (trezentas) e 500 (quinhentas) palavras, contendo: apresentação da proposta vivencial e seu referencial teórico, eixo temático ao qual se vincula, descrição da metodologia (dinâmicas, recursos, dispositivos), público-alvo e número máximo de participantes (sendo que a sala comportará 30 pessoas no máximo) e materiais necessários (providenciados pelo próprio proponente);

- d) Carga horária: 2 horas;
- e) Minibiografia da/o proponente: até 100 (cem) palavras;
- f) Palavras-chave: 3 a 5, separadas por ponto e vírgula;
- g) Minibiografia da/o proponente: até 100 (cem) palavras, evidenciando sua vinculação com a temática proposta por meio de produção acadêmica, atuação profissional, projetos de extensão, ensino ou pesquisa na área. Adicionar o link do currículo Lattes.

7. NORMAS PARA SUBMISSÃO – FASE 2

As normas de formatação a seguir aplicam-se igualmente às modalidades de Comunicação Oral em GT e Exposição de Banner. Devendo ser entregue em documento Word (.doc ou .docx), por meio do sistema de submissão (ELIS/UNIVALI), e redigida conforme os itens abaixo (modelo no anexo 4):

7.1. Formatação do resumo

- a) Fonte: Arial, tamanho 12;
- b) Espaçamento: 1,5 entre linhas;
- c) Título: até 15 (quinze) palavras, em negrito, centralizado, letras maiúsculas, tamanho 12;
- d) Nome(s) do(s) autor(es/as): tamanho 10, negrito, alinhado à esquerda, acompanhado de afiliação institucional e agência de fomento (se houver);
- e) Resumo: entre 300 (trezentas) e 500 (quinhentas) palavras (incluindo título, resumo e palavras-chave), contendo: introdução (tema e problema), objetivo, orientação teórica, metodologia, resultados (ou resultados parciais/esperados) e considerações finais;
- f) Palavras-chave: 3 a 5, separadas por ponto e vírgula;
- g) Eixo temático: indicar o eixo ao qual o trabalho se vincula;
- h) GT de preferência: indicar o GT aprovado ao qual deseja submeter (apenas para Comunicação Oral).

7.1.1. Comunicação Oral em GT

- a) Cada trabalho poderá ser inscrito em apenas 1 (um) GT;
- b) Cada autora/r principal poderá submeter apenas 1 (um) trabalho no congresso, contando todas as modalidades;

- c) Cada participante poderá submeter até 2 trabalhos, como coautora/r de dois trabalhos ou autora/r de um trabalho e coautora/r de outro, desde que respeitado o máximo de 6 (seis) autoras/es por trabalho, conforme itens 8.3 e 8.4;
- d) Os trabalhos serão selecionados e agrupados pela/o coordenadora/r do GT, conforme critérios estabelecidos na proposta do GT;
- e) A/O autora/r terá 15 (quinze) minutos para apresentação e 10 (dez) minutos para perguntas.

7.1.2. Exposição de Banner

- a) Os trabalhos submetidos para Exposição de Banner deverão estar vinculados a um dos eixos temáticos descritos no item 5 deste edital;
- b) O pôster deverá seguir as dimensões de 90 cm (largura) por 120 cm (altura), sendo confeccionado em lona e deve conter suporte para pendurá-lo;
- c) O pôster deve ser confeccionado conforme template disponível no anexo 4;
- d) Na confecção do pôster deve conter ao menos uma imagem;
- e) A/O autora/r deverá estar presente junto ao banner no dia 15 de outubro das 15h45 às 18h15 para conversar com os participantes do congresso a respeito da pesquisa.

8. DIRETRIZES GERAIS

8.1. Os resumos deverão ser inseridos diretamente no sistema de submissão (ELIS/UNIVALI).

8.2. Cada autora/r poderá submeter 1 (um) trabalho como autora/r principal.

8.3. O número máximo de autoras/es por trabalho é de 6 (seis), incluindo a/o autora/r principal.

8.4. Cada congressista poderá participar de no máximo 2 (dois) trabalhos, respeitado o limite de até 6 (seis) autoras/es por trabalho (item 8.3), em uma das seguintes combinações: como autora/r principal (primeiro nome) em 1 (um) trabalho e como coautora/r em 1 (um) outro; ou como coautora/r em até 2 (dois) trabalhos. É vedada a submissão de mais de 1 (um) trabalho como autora/r principal.

8.5. Ao menos 1 (um/uma) autora/r deverá estar inscrita/o no Congresso para que o trabalho seja apresentado.

8.6. Todas/os as/os coautoras/es deverão ser indicadas/os no Sistema ELIS da UNIVALI no ato da submissão. Não será possível adicionar nomes após a efetivação da inscrição.

8.7. As/Os nomes das/os coautoras/es indicadas/os na submissão também constarão no certificado.

8.8. As inscrições somente serão confirmadas após o pagamento da taxa de inscrição. Os valores do primeiro lote são de R\$100,00 para estudantes e R\$150 para as demais categorias. Os valores irão aumentar conforme mudarem os lotes. Todas as viradas de lote serão informadas pelo Instagram oficial do Congresso (@congresso.univali: <https://www.instagram.com/congresso.univali/>).

8.9. Os trabalhos aprovados serão publicados nos anais do Congresso.

9. AVALIAÇÃO E RESULTADOS

9.1. As propostas de GT, Minicurso e Vivência (Fase 1) serão avaliadas pela Comissão Científica do Congresso, considerando relevância, coerência teórica, viabilidade e aderência aos eixos temáticos.

9.2. Os trabalhos para Comunicação Oral serão pré-selecionados pela Comissão Científica e encaminhados à/ao coordenadora/r do GT indicado, que fará a seleção final.

9.3. Os trabalhos para Banner serão avaliados diretamente pela Comissão Científica.

9.4. Os resultados serão divulgados nas datas previstas no cronograma, por meio do site da UNIVALI e do Instagram oficial do Congresso (@congresso.univali: <https://www.instagram.com/congresso.univali/>).

10. DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. Os casos omissos neste edital serão resolvidos pela Comissão Organizadora do Congresso.

10.2. Dúvidas e solicitações de informações complementares poderão ser encaminhadas ao e-mail: jair@univali.br

10.3. A inscrição no processo de submissão implica aceitação integral das normas contidas neste edital.

Itajaí, 03 de julho de 2026.

Comissão Organizadora

VII Congresso Regional de Psicologia da UNIVALI - Práxis, Cuidado e Produção de Saberes



ANEXO 1 - MODELO DE SUBMISSÃO — PROPOSIÇÃO DE GRUPO DE TRABALHO (GT)

300 a 500 palavras · Psicologia — UNIVALI

Título do GT Até 15 palavras, em maiúsculas.

Nome completo Titulação — Afiliação institucional

Eixo Temático Indicar o eixo ao qual o GT se vincula. **Carga horária** 2 horas.

Ementa Entre 300 e 500 palavras. Apresente a temática e sua relevância para a Psicologia. Indique a orientação teórica que norteará as discussões e os critérios que serão utilizados para avaliação e seleção dos trabalhos submetidos ao GT.

Palavras-chave De 3 a 5 termos, separados por ponto e vírgula. Ex.: saúde mental; psicodrama; práxis; formação em Psicologia.

Minibiografia Até 100 palavras, evidenciando sua vinculação com a temática por meio de produção acadêmica, atuação profissional, extensão, ensino ou pesquisa. Incluir o link do currículo Lattes.





ANEXO 2 - MODELO DE SUBMISSÃO — PROPOSIÇÃO DE MINICURSO

300 a 500 palavras · Psicologia — UNIVALI

Título do Minicurso Até 15 palavras, em maiúsculas.

Nome completo Titulação — Afiliação institucional

Eixo Temático Indicar o eixo ao qual o minicurso se vincula. **Carga horária** 2 horas.

Público-alvo Descreva o público a que se destina. Número máximo de participantes: 30.

Resumo da Proposta Entre 300 e 500 palavras. **Justificativa** Apresente a relevância da temática para a Psicologia. **Objetivos de Aprendizagem** Descreva as aprendizagens esperadas ao término do minicurso. **Conteúdo Programático** Apresente, de forma resumida, os tópicos que serão abordados. **Metodologia** Descreva como o minicurso será conduzido: estratégias, dinâmicas, recursos e materiais utilizados.

Palavras-chave De 3 a 5 termos, separados por ponto e vírgula. Ex.: saúde mental; psicodrama; práxis; formação em Psicologia.

Minibiografia Até 100 palavras, evidenciando sua vinculação com a temática por meio de produção acadêmica, atuação profissional, extensão, ensino ou pesquisa. Incluir o link do currículo Lattes.





ANEXO 3 - MODELO DE SUBMISSÃO — PROPOSIÇÃO DE VIVÊNCIA

300 a 500 palavras · Psicologia — UNIVALI

Título da Vivência Até 15 palavras, em maiúsculas.

Nome completo Titulação — Afiliação institucional

Eixo Temático Indicar o eixo ao qual a vivência se vincula. **Carga horária** 2 horas.

Público-alvo Descreva o público a que se destina. Número máximo de participantes: 30.

Resumo da Proposta Entre 300 e 500 palavras. Apresente a proposta vivencial e seu referencial teórico. **Metodologia** Descreva as dinâmicas, recursos e dispositivos que serão utilizados. **Materiais necessários** Liste os materiais que serão providenciados pelo próprio proponente.

Palavras-chave De 3 a 5 termos, separados por ponto e vírgula. Ex.: saúde mental; psicodrama; práxis; formação em Psicologia.

Minibiografia Até 100 palavras, evidenciando sua vinculação com a temática por meio de produção acadêmica, atuação profissional, extensão, ensino ou pesquisa. Incluir o link do currículo Lattes.





ANEXO 4 - MODELO DE RESUMO — COMUNICAÇÃO ORAL EM GT / EXPOSIÇÃO DE BANNER

300 a 500 palavras · Psicologia — UNIVALI

Título Até 15 palavras, em maiúsculas. O título deve nomear o objeto de estudo, o contexto ou a problemática central do trabalho.

Autoral/es Nome(s) completo(s), separados por ponto e vírgula — Afiliação institucional — Agência de fomento (se houver)

Orientadora/r Nome completo, se houver. **Eixo Temático** Indicar o eixo ao qual o trabalho se vincula. **GT de preferência** Indicar o GT aprovado ao qual deseja submeter o trabalho (apenas para Comunicação Oral).

Introdução Apresente uma visão geral do tema e o problema de pesquisa ou intervenção. Situe o leitor no campo e na relevância do trabalho para a Psicologia.

Objetivos Descreva o objetivo geral e, se houver, os objetivos específicos.

Orientação Teórica Indique as principais autoras/es, conceitos e teorias que fundamentam o trabalho. Não é uma revisão exaustiva, procure articular os referenciais com o que foi realizado. Mínimo de 3 referências.

Metodologia Descreva o tipo de pesquisa ou intervenção, os instrumentos, os participantes, os procedimentos e a forma de análise.

Resultados (ou parciais/esperados) Apresente os principais resultados alcançados ou previstos. O importante é que haja evidência, cenas, falas, transformações percebidas, não apenas intenção.

Considerações Finais Reflita sobre o que a experiência ou pesquisa produziu, seus limites e possíveis desdobramentos.

Palavras-chave De 3 a 5 termos, separados por ponto e vírgula. Ex.: saúde mental; psicodrama; atenção psicossocial; grupo terapêutico; práxis.

